

INST.FED.DE EDUC.,CIÊNC.E TEC.DO NORTE DE MG

Estudo Técnico Preliminar 90/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23390.001293/2025-68

2. Descrição da necessidade

2.1. CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO JEQUITINHONHA:

2.1. Trata-se da contratação de solução para atender ao abastecimento de água do IFNMG – Campus Almenara. O campus não recebe fornecimento de água pela concessionária Copasa e dispõe, atualmente, de duas fontes principais: dois poços artesianos e uma nascente natural, que também abastece sítios da região. Apenas com essas fontes, o campus frequentemente enfrenta escassez de água, o que impacta gravemente todas as atividades da instituição. A nascente não possui vazão suficiente para suprir o consumo diário, e os poços artesianos apresentam, por vezes, problemas de funcionamento ou variações significativas na composição da água. Como medida alternativa, vem sendo planejada — e já conta com projeto — a captação de água do rio Jequitinhonha. O projeto consiste em bombear água do rio para o campus, a fim de atender às diversas demandas, como consumo humano e animal (mediante tratamento específico a ser objeto de projeto correlato), irrigação de plantações e jardins, limpeza e demais usos. Para viabilizar essa captação, faz-se necessária a contratação de solução adequada.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração e Infraestrutura	Nicolas Wilker Fioratti Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE (IPPC - P. 24, ITEM 4.3)

4.1.1. A contratada deverá cumprir os requisitos de qualidade que constarão como especificação do objeto e/ou obrigações do fornecedor no termo de referência.

4.1.2. A contratada deverá cumprir os indicadores de desempenho previstos no Instrumento de Medição de Resultados que constará como anexo do termo de referência.

4.2. QUANTO AO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

4.2.1. Para atendimento ao princípio da padronização, serão adotados(as):

- especificações padronizadas disponíveis no Catálogo Nacional de Bens e Serviços, que atendam à necessidade institucional, complementadas apenas naquilo que for necessário;
- minutas padronizadas para termo de referência, ata de registro de preços, minuta de contrato, edital ou aviso de contratação, conforme disponível na área de governo do gov.br/Compras ou em <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelosde-licitacoes-e-contratos> ou nos módulos do sistema Compras.gov.br;
- ~~especificações padronizadas formalmente no âmbito do IFNMG, conforme aprovadas pela autoridade competente no bojo do processo~~
~~_____~~, sendo que os procedimentos da padronização cumpriram o art. 43 da Lei 14.133/2021;

4.3. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (IPPC - P. 22, ITEM 4.3)

4.3.1. Não há solução padronizada disponível no Catálogo Eletrônico de Padronização do PNCP que seja compatível com a necessidade de contratação tratada neste estudo técnico preliminar, conforme verificado nesta oportunidade através do portal <https://www.gov.br/pncp/ptbr/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.

4.4. QUANTO AO INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO AGU/MGI

4.4.1. CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que esta contratação observará o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, disponibilizado conjuntamente pela Advocacia-Geral da União e Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

4.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE (IPPC - P. 22, ITEM 4.3)

4.5.1. Nesta contratação serão adotadas as práticas de sustentabilidade previstas nas páginas 29-31 e 155-160 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU, na última versão, devendo ser consideradas no termo de referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. SOLUÇÕES IDENTIFICADAS:

5.1.1. Para atendimento da necessidade institucional, foram verificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

TIPO DA SOLUÇÃO(*)	ID	DESCRIÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	O TIPO DE SOLUÇÃO JÁ FOI ADOTADO ANTES NO IFNMG?	POTENCIAIS FORNECEDORES
Abastecimento pela rede pública (concessionárias)	1	Receber água tratada da concessionária local (Copasa)	Facilidade de utilização; manutenções por conta da concessionária; recebimento de água pronta para consumo	Campus fica distante da área urbana e não recebe abastecimento da Copasa; Já foi tentado solicitar este abastecimento, porem sem sucesso.	Em outros campus do IFNMG sim, porem não no campus Almenara	Fornecedor único, pois tratasse de concessão pública para serviço em regime de monopólio.
Contratação de caminhões-pipa	2	Suprir o volume necessário com abastecimento emergencial e recorrente	Execução rápida; solução emergencial para crises	Alto custo contínuo; logística complexa; risco sanitário; solução temporária e ineficiente	Sim, foi utilizado recentemente no campus Almenara	Baixíssimo. Dependeria quase que exclusivamente de apoio da prefeitura municipal e a aquisição da água somente seria possível com a Copasa.
Aquisição de galões de água mineral para consumo humano	3	Uso exclusivo para ingestão e preparo de alimentos	Melhoria da qualidade da água consumida diretamente; rápida implementação	Não atende a demanda de abastecimento predial (banheiros, limpeza, irrigação etc.); custo contínuo elevado; logística de distribuição trabalhosa; solução apenas parcial	Sim, esta sendo utilizada atualmente no campus de forma emergencial, para suprir o consumo humano.	Alto potencial. Existem muitas distribuidoras deste produto no município, assim como ocorre em muitos outros municípios.
Obras internas		Obtenção de água	Maior autonomia;	Risco de vazão insuficiente; necessidade de licenciamento; riscos de contaminação do aquífero; grande dificuldade de	Sim, o campus já	Bom potencial.

para perfuração /adequação de poço artesiano	4	subterrânea como fonte primária ou complementar	custo operacional mais baixo	perfuração devido características do terreno; baixo volume de água na localidade; água na localidade tem alto teor de substâncias impróprias para consumo.	possui dois poços artesanais que não suprem a necessidade.	Existem empresas no município e na região que realizam este tipo de serviço.
Captação de água do Rio Jequitinhonha	5	Construção de sistema de captação e bombeamento de água do rio para os reservatórios do campus	Autonomia hídrica; segurança no abastecimento; sustentabilidade; atendimento pleno da demanda; investimento duradouro	Maior investimento inicial; necessidade de licenças ambientais; tempo maior de implantação; necessidade de projetos correlatos, como o tratamento da água e possível construção /aquisição de reservatórios.	Não	Bom potencial. Trata-se de serviço de engenharia amplamente utilizado, com muitas empresas capazes de realizá-lo.
<p>(*) Em geral, as soluções disponíveis no mercado ou no IFNMG são classificadas nos seguintes tipos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição 2. Contratação de serviço 3. Locação 4. Reutilização de bens (Reuso, receber em doação) 5. Aproveitamento de solução já existente 6. Obra 7. Execução direta, pelo IFNMG 8. Outras disponíveis 						

5.2. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE LOCAÇÃO (NO CASO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS)

5.2.1. Para fins do disposto no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, verificamos que a solução contratada poderá incluir materiais; entretanto, não é viável ou vantajosa a locação desses materiais, tendo em vista que a necessidade de abastecimento de água potável do campus, bem como as soluções disponíveis para atendimento dessa demanda, não se enquadram em hipóteses em que a locação traga benefícios técnicos, econômicos ou operacionais. Assim, **a locação não se mostra aplicável à realidade da contratação em análise.**

6. Descrição da solução como um todo

6.1. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1.1. Com base na avaliação das soluções listadas no tópico anterior, recomendamos a escolha da seguinte solução:

TIPO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA	ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
Captação de água do Rio Jequitinhonha	5	Construção de sistema de captação e bombeamento de água do rio para os reservatórios do campus

Justificativa técnica para a escolha: A captação de água do Rio Jequitinhonha apresenta-se como a solução tecnicamente mais adequada, pois garante disponibilidade contínua e em volume suficiente para atender às demandas do campus, superando limitações das alternativas avaliadas. A rede pública (Copasa) não atende a localidade do campus; os poços artesanais possuem baixa vazão e qualidade variável, já demonstradamente insuficientes; caminhões-pipa e galões de água mineral não oferecem solução sustentável, podendo sofrer interrupções logísticas. A captação direta do rio permite infraestrutura fixada, controle de qualidade e autonomia no abastecimento, reduzindo riscos operacionais e garantindo segurança hídrica em longo prazo.

Justificativa econômica, considerando todo o ciclo de vida da solução contratada: A captação de água do rio apresenta melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida, pois, embora demande investimento inicial na implantação da estrutura, proporciona custos operacionais significativamente menores quando comparada às soluções dependentes de fornecimento recorrente, como caminhões-pipa ou aquisição de galões. A independência de fornecedores externos reduz oscilações de preço, riscos de desabastecimento e custos repetitivos. Após implantado, o sistema exige manutenção rotineira de baixo custo e possui longa vida útil, tornando-se a alternativa economicamente mais vantajosa e sustentável.

Consideração sobre os custos pós aquisição: Os custos pós aquisição são restritos principalmente à operação do sistema (energia para bombeamento, análises periódicas de qualidade da água) e ao acompanhamento técnico, não havendo despesas significativas adicionais após a implantação. Tais custos são previsíveis e de baixa complexidade administrativa.

Considerações sobre despesas de manutenção: A manutenção do sistema consiste em ações rotineiras e de baixo custo, como limpeza de gradeamento, inspeção de bombas, revisão elétrica, manutenção preventiva de tubulações e pequenos reparos estruturais. São atividades já usuais para equipes de manutenção e facilmente contratáveis, sem impacto econômico relevante.

Considerações sobre custo de reposição de peças / componentes: Os componentes sujeitos a desgaste — como bombas, conexões, filtros ou válvulas — possuem reposição simples e com ampla disponibilidade no mercado. A substituição ocorre de maneira esporádica e com custos moderados, não representando impacto significativo ao orçamento anual, especialmente quando comparado às despesas recorrentes de alternativas como caminhões-pipa.

Considerações sobre custo de operação/utilização: Os custos de operação limitam-se essencialmente ao consumo de energia elétrica para bombeamento e às análises de potabilidade exigidas pela legislação. Tratam-se de custos regulares, previsíveis e consideravelmente inferiores aos custos de fornecimento de água por terceiros.

Considerações sobre custo de depreciação, se for o caso: A infraestrutura implantada — bombas, tubulações, quadro elétrico e pequenos dispositivos de captação — apresenta vida útil longa, com depreciação lenta e custos de amortização reduzidos ao longo dos anos. O impacto da depreciação é mínimo quando comparado à economia obtida pela eliminação de despesas contínuas de fornecimento externo.

Considerações sobre custos de tratamento de resíduos, descarte e impacto ambiental: A solução não gera resíduos sólidos relevantes, limitando-se ao descarte eventual de componentes substituídos durante a manutenção, que podem ser encaminhados para tratamento adequado sem impacto significativo. Ambientalmente, a captação é de baixo impacto quando realizada com controle técnico e dentro das normas dos órgãos ambientais, mantendo vazão ecológica e preservação das margens do rio. Assim, os impactos são mínimos e plenamente mitigáveis.

6.2. CLASSIFICAÇÃO GERAL DO OBJETO ESCOLHIDO

6.2.1. Com base na solução escolhida, o objeto da presente contratação é classificado como:

OBRA COMUM, visto referir-se a itens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6.3. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

6.3.1. Para esta contratação, será suficiente a garantia mínima legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

6.4. VIGÊNCIA INICIAL E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

6.4.1. Trata-se de contratação de obra que não comporta a formalização de contrato continuado, configurando, portanto, contrato de escopo predefinido, sendo que a entrega/execução será conforme cronograma. Assim, a vigência inicial do contrato ou instrumento equivalente será de 12 meses, sendo prorrogável apenas nos casos que o objeto não puder ser executado dentro do prazo originalmente estabelecido, com fundamento nos artigos 105 e 111 da Lei 14.133/2021.

6.5. QUANTO À NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MAIS DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO SIMULTÂNEA (IPPC, PÁGINA 25)

6.5.1. Não foi verificado motivo para contratação de mais de uma empresa para execução simultânea do objeto tratado neste estudo técnico preliminar.

6.6. QUANTO À INDICAÇÃO DE MARCA ESPECÍFICA (IPPC - P. 23, ITEM 4.4).

6.6.1. Não haverá qualquer direcionamento ou indicação de marca específica nas exigências / especificações dos itens que compõem a contratação.

6.7. VEDAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO ESPECÍFICO (IPPC - P. 23, ITEM 4.4)

6.7.1. Não haverá vedação prévia de marca ou produto específico para o fornecimento pretendido.

6.8. QUANTO À EVENTUAL EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE DO FABRICANTE

6.8.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade do fabricante do bem ou material.

6.9. QUANTO À AQUISIÇÃO JUNTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES (OBSERVÂNCIA DO DECRETO 11.476/2023)

6.9.1. Não se trata de aquisição de gêneros alimentícios nem materiais propagativos (sementes e mudas), logo, não são aplicáveis as disposições do art. 3º, caput e inciso V, e art. 4º do Decreto 11.802/2023.

6.10. REGIME DE EXECUÇÃO (no caso de contratação de serviços)

6.10.1. Para esta contratação, ATESTAMOS que é cabível e adequado o seguinte regime de execução dos serviços:

Empreitada por preço global

Justificativa da escolha: O objeto é perfeitamente definível em termos de quantitativos e especificações técnicas, permitindo a elaboração de projeto básico e planilha orçamentária suficientemente detalhados. A obra de captação de água exige a execução de um conjunto integrado de serviços — incluindo construção civil, instalação de bombas, tubulações, estruturas elétricas e dispositivos de captação — que formam um sistema único e interdependente. Assim, o escopo é claro, delimitado e não sujeito a variações significativas de quantidade.

A adoção do preço global reduz riscos de acréscimos injustificados, facilita o controle orçamentário e a previsão de custos para a Administração, uma vez que o contratado assume a responsabilidade pela execução integral do objeto pelo preço fechado apresentado. Trata-se do regime mais adequado para obras com escopo consolidado e soluções técnicas previamente definidas, garantindo maior segurança jurídica, economicidade e eficiência na execução contratual.

6.11. EXIGÊNCIA DE VISTORIA PRÉVIA OU DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS COMO CONDIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

6.11.1. A avaliação prévia do local de execução contratual é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, tendo em vista que a obra envolve intervenções em área natural, com características geológicas, topográficas e hidrológicas próprias, além de eventuais limitações ambientais, requisitos de segurança, acesso e condições operacionais que não podem ser plenamente compreendidos apenas por meio de documentos ou plantas técnicas. O conhecimento direto do local é essencial para que o licitante estime adequadamente os insumos, equipamentos, logística e métodos executivos necessários, evitando riscos de subavaliação, paralisações, aditivos e falhas técnicas na execução da obra.

Assim, sob pena de inabilitação, o licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, caso queira. Por força do disposto no art. 63, § 2º, da Lei 14.133/2021, sempre será permitida a substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.12. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (IPPC - P. 25, ITEM 4.4)

6.12.1. Será necessário exigir dos licitantes os seguintes requisitos de qualificação técnica:

I - Técnico-operacional:

(X) registro ou inscrição na entidade profissional competente.

Justificativa: O objeto da contratação envolve a execução de obra de engenharia, incluindo intervenções estruturais, instalações hidráulicas, elétricas, montagem de sistemas de captação e demais atividades técnicas previstas na Lei nº 5.194/1966, regulamentadora das profissões de engenheiro e tecnólogo. Tais atividades só podem ser desempenhadas por empresas legalmente habilitadas e sujeitas à fiscalização do conselho de classe.

Essa exigência garante que a contratada disponha de capacidade técnica legalmente reconhecida, cumpra as normas profissionais aplicáveis e seja responsável pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assegurando qualidade, segurança e conformidade técnica na execução da obra.

(X) Certidão ou Atestado de capacidade técnica que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Justificativa: justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa licitante já executou serviços similares em complexidade e características à obra pretendida, demonstrando experiência prática e domínio técnico. Trata-se de medida essencial para reduzir riscos de falhas, garantir a adequada execução das etapas de engenharia envolvidas e assegurar que a contratada possui capacidade operacional compatível com as exigências do objeto.

() indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

Justificativa: _____.

() prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso

Justificativa: _____.

II - Técnico-profissional:

(X) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação

Justificativa: A captação de água do rio envolve atividades de engenharia de alta complexidade — como estruturas hidráulicas, bombeamento, instalações eletromecânicas e interferências ambientais — que, por lei, só podem ser executadas sob responsabilidade de profissional habilitado. Isso assegura capacidade técnico-profissional mínima, conformidade com normas (Lei 5.194/1966, Resoluções CONFEA/CREA e art. 62 da Lei 14.133/2021), reduz riscos técnicos e ambientais e garante a adequada execução do objeto.

6.13. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (IPPC - P. 25, ITEM 4.4)

6.13.1. A comprovação de qualificação econômico-financeira é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações, conforme justificado abaixo.

A comprovação de qualificação econômico-financeira é indispensável para assegurar que a futura contratada possua condições reais de honrar os compromissos assumidos, mantendo a execução regular do objeto sem risco de interrupções. Tal verificação permite avaliar a saúde financeira da empresa, reduzir a possibilidade de inadimplemento, garantir a continuidade dos serviços e proteger o interesse público, conforme previsto no art. 58 da Lei 14.133/2021.

6.14. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

6.14.1. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra ou do serviço até o seguinte limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato. As atividades que poderão ser subcontratadas devem ser especificadas no Termo de Referência.

6.15. REQUISITOS DE PRAZO DE INÍCIO E DE CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

6.15.1. A execução dos serviços considerará a seguinte dinâmica quanto à forma de pedido e prazos:

Forma de execução:

Execução parcelada com cronograma pré-estabelecido

Prazo de início e de conclusão do serviço: Os serviços devem iniciar no prazo de 30 dias, a partir da emissão da ordem de serviço. O cronograma físico-financeiro inserido no processo SEI nº 23390.001293/2025-68, referente a esta contratação, prevê a conclusão da obra em 6 meses. Apesar disso, o contrato terá vigência de 12 meses.

6.16. PERCENTUAL MÍNIMO DE MÃO DE OBRA DE MULHERES (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

6.16.1. A contratação não envolve serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, ou, sendo o caso de dedicação exclusiva de mão de obra, não prevê quantidade igual ou superior a 25 colaboradores. Logo, não é aplicável a exigência de emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica constante no Decreto 11.430/2023.

6.17. PERCENTUAL MÍNIMO DE MÃO DE OBRA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

6.17.1. Até a presente data, não há regulamentação do art. 25, § 9º, inciso II, da Lei 14.133/2021. Assim, não é cabível a exigência de utilização de mão de obra de oriundos ou egressos do sistema prisional.

6.18. RELEVÂNCIA DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.18. O objeto de contratação não se enquadra numa das hipóteses previstas nos incisos do art. 36 da Lei 14.133/2021. Assims, não é pertinente a adoção do critério de julgamento de técnica e preço.

6.19. TRANSIÇÃO CONTRATUAL (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

6.19.1. Não haverá necessidade de procedimentos específicos para a transição contratual ou transferência de conhecimento, tecnologia ou técnica aplicadas ao final da vigência contratual.

6.20. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO - NÃO VEDAÇÃO - (IPPC - P. 24, ITEM 4.4) (no caso de serviços)

6.20.1. ATESTAMOS, para os devidos fins, o objeto desta contratação não se enquadra nas vedações contidas no artigo que 3º do Decreto 9.507 /2018 e que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do IFNMG, observadas as disposições do art. 48 da Lei 14.133/2021 e seus incisos.

6.21. QUANTO À FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.21.1. Para esta contratação, ATESTAMOS que é cabível e adequada a seguinte forma de seleção de fornecedor:

Concorrência eletrônica

Justificativa da escolha: Nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 14.133/2021, a concorrência é indicada para obras, serviços especiais de engenharia e contratações que demandem análise detalhada de documentação técnica, o que se aplica integralmente ao presente caso. A utilização da disputa em meio eletrônico, por sua vez, está em conformidade com o art. 17 da Lei 14.133/2021, que estabelece a preferência pela realização das licitações em formato eletrônico, ampliando a competitividade, a transparência e a eficiência do processo.

6.22. QUANTO À REALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCOS

6.22.1. Trata-se de licitação formal, sob a Lei 14.133/2021, e será realizada a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso X, da referida lei.

6.23. QUANTO AO CONTROLE INTERNO E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES NA ETAPA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

6.23.1. Para esta contratação, ATESTAMOS que foram ou serão adotadas as seguintes medidas de controle interno específicas:

- Lista de verificação: conferência processual por meio da lista de verificação mais adequada, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos>.
- Declaração de enquadramento: manifestação do setor competente para enquadramento na hipótese de contratação direta, quando for o caso.
- Observância das recomendações da Auditoria Interna do IFNMG aplicáveis, conforme relacionadas em anexo próprio da base de conhecimento "Compras e Contratações - NLLC.
- Transparência: o processo bem como os documentos que não contêm dados pessoais protegidos foram classificados como públicos no processo da contratação no SEI/IFNMG, observando-se os artigos 13 e 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Denúncias ou representações: foram ou serão encaminhadas para análise de controle interno externo ao setor responsável pelo ato questionado.

- Segregação de funções essenciais: os responsáveis pela etapa de planejamento desta contratação (etp, riscos, pesquisa de preços, termo de referência etc) não participarão da fase de seleção de fornecedor (julgar propostas, habilitação etc) e os responsáveis pela seleção de fornecedor não participarão da fiscalização da execução contratual.

6.24. QUANTO AO PAGAMENTO POR MEIO DE CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

6.24.1. Não se trata de contratação fundamentada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/2021. Logo, não há preferência de pagamento por meio do cartão de pagamentos do governo federal.

6.25. QUANTO AO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

6.25.1. Trata-se de despesa relevante e a análise do impacto orçamentário financeiro será realizada caso a Área de Orçamento e Finanças classifique a despesa como PROJETO para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6.26. OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - DECRETO 11.462/2023

6.26.1. Não será adotado o sistema de registro de preços para esta contratação, tendo em vista que o objeto consiste na execução de obra de engenharia com características singulares, dependente de condições específicas do local e de projeto previamente definido, não se enquadrando na finalidade típica do Sistema de Registro de Preços.

6.27. QUANTO À EXISTÊNCIA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS E À CONVENIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO

6.27.1. Tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto 11.462/2023, CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que foram consultadas as Intenções de Registro de Preços em andamento no sistema gov.br/compras, módulo IRP > Quadro de IRP, e que NÃO há intenção de registro de preços, em andamento, compatível com a necessidade prevista neste processo.

6.28. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

6.28.1. Será VEDADA a participação de consórcio tendo em vista que a previsão de participação de consórcios é comumente adotada em casos de vultuosidade, heterogeneidade e inviabilidade material de parcelamento do objeto da licitação. No entanto, do ponto de vista da vultuosidade, percebe-se que o objeto da contratação não possui essa característica, conforme definido pelo art. 6º, inciso XXII, da Lei 14.133/2021. Ademais, quanto à heterogeneidade, também não se aplica ao presente caso. O objeto de contratação é uma obra comum de engenharia, sem qualquer parcela que apresente complexidade ou características que demandem a soma de capacidades de várias empresas para sua execução adequada. No que tange à viabilidade material do parcelamento do objeto, embora essa exista, mostrou-se inadequada. Dividir a obra em lotes distintos aumentaria significativamente as chances de menor economia de escala, especialmente devido à duplicação de custos de administração local, além de causar prejuízo ao conjunto, conforme justificado nos estudos técnicos preliminares. Contudo, o não parcelamento não implica, por si só, na necessidade de permitir a participação de consórcios. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União já emitiu posicionamento claro: a jurisprudência do Tribunal firmou-se no sentido de que a admissão ou não de consórcios em licitações é competência discricionária do administrador, devendo esta ser exercida sempre mediante justificativa fundamentada. Embora a participação de consórcios seja recomendada em objetos de alta complexidade ou vulto, tal alternativa não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que restrinja o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, o administrador fica obrigado a autorizar a participação de consórcios, com o intuito de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa (TCU, Acórdão 2.831, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes). Além disso, a participação em consórcio traz consequências práticas para qualquer licitação, incluindo prazos para formalização/registo do consórcio após a licitação e análise da habilitação de todas as empresas consorciadas, entre outras. Considerando a maior complexidade que isso traz para as licitações, a participação de consórcios deve ser adotada em licitações cujo vulto ou complexidade assim exijam, o que não parece ser o caso deste processo.

6.29. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

6.29.1. Será VEDADA a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa devido à natureza da obra, que exige uma equipe, estrutura e condições operacionais próprias de empresas da construção civil. Além disso, a presença de vínculos trabalhistas é imprescindível, o que torna o regime cooperado incompatível com as exigências do objeto.

6.30. QUANTO À POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES DO TIPO PESSOA FÍSICA (Instrução Normativa 116 /2021)

6.30.1. Nenhum item ou grupo de itens da contratação é constituído por serviços que podem ser integralmente executados por trabalhador autônomo, impossibilitando assim a participação de pessoas físicas na condição de licitante, tendo em vista que será necessário vínculo de subordinação para fins de execução do objeto OU Capital social igual ou superior a certo percentual do valor estimado da contratação OU Estrutura com equipamentos, instalações e/ou equipe de profissionais ou corpo técnico.

6.31. TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

6.31.1. A contratação contempla itens ou grupos de itens com valor total superior a R\$ 80.000,00 e será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma prevista pelo art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ressalvadas as situações vedadas pelo art. 4º, § 1º, da Lei 14.133/2021.

6.32. MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO (Art. 26)

6.32.1. Não serão adotadas margens de preferência previstas no art. 26 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que trata-se de contratação direta OU o objeto de contratação não está contemplado, ainda, pelo art. 3º do Decreto 11.890/2024, ou seja, não constam ainda em resolução da CICS para esse propósito específico.

6.33. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA (art. 58 da Lei 14.133/2021)

6.33.1. Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

6.34. EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL (art. 96 da Lei 14.133/2021)

6.34.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do **valor total** da contratação.

6.34.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a **85%** (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

6.35. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

6.35.1. Se a forma de seleção definida for: CONCORRÊNCIA

- () Menor preço
- (X) Maior desconto
- () Técnica e preço
- () Maior retorno econômico
- () Melhor técnica ou conteúdo artístico

Justificativa do critério de julgamento de proposta adotado:

A adoção do critério de maior desconto mostra-se a opção mais adequada, pois a contratação envolve obra cuja planilha orçamentária detalhada, composta por custos unitários previamente estimados, permite comparação direta, objetiva e isonômica entre as propostas. Esse critério, previsto no art. 33, II, da Lei 14.133/2021, assegura que os licitantes disputem com base em percentuais de redução aplicados sobre valores padronizados, eliminando subjetividades e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa. Além disso, a utilização do maior desconto confere simplicidade ao julgamento, favorece a competitividade e contribui para a economicidade global do certame.

6.36. ALÇADAS DE GOVERNANÇA PARA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA (DECRETO 10.193/2019)

6.36.1. Tendo em vista as disposições do Decreto 10.193/2019, bem como as definições e diretrizes da Portaria 7.828/2022, CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que:

O objeto de contratação não é considerado como atividade de custeio, observado o art. 2º da Portaria 7.828/2022, especialmente o parágrafo único.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. MÉTODO DE QUANTIFICAÇÃO ADOTADO

7.1.1. Para a quantificação dos itens a serem contratados foi adotado o seguinte método:

A obra de construção de todo o sistema de captação de água do Rio Jequitinhonha para abastecimento do Campus Almenara, incluindo a descrição e quantificação de tubulações, equipamentos, componentes, estruturas de alvenaria e reservatórios, está detalhada em seu projeto base (documento SEI nº 2427008) e no projeto elétrico (documento SEI nº 2427011), ambos constantes no processo SEI nº 23390.001293/2025-68.

7.2. QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.2.1. Serão contratadas as quantidades expressas na tabela abaixo:

Nº ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
01	1872	Obra de sistema de abastecimento de água do Rio Jequitinhonha para o IFNMG Campus Almenara	Obra	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 565.146,88

8.1. MÉTODOS ADOTADOS NA ESTIMATIVA DOS PREÇOS

8.1.1. Para estimativa dos preços da contratação foram ou serão adotados os seguintes métodos:

Parâmetros prioritários previstos no art. 5º da IN 65/2021:

- () **Inciso I** - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- () **Inciso II** - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Parâmetros secundários / complementares previstos no art. 5º da IN 65/2021:

- () **Inciso III** - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
- () **Inciso IV** - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- () **Inciso V** - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parâmetros específicos para contratação direta com inviabilidade de aplicação do art 5º:

- () **Art. 7º** - Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º. **§ 1º** Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo. **§ 2º** Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

8.1.2. O método de elaboração do orçamento estimativo constará no Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (engenharia) do processo da licitação.

8.2. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO

8.2.1. O valor total estimado da contratação é de:

Total anual: R\$ 565.146,88 (quinhentos e sessenta e cinco mil cento e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Total para a completa vigência inicial do contrato: R\$ 565.146,88 (quinhentos e sessenta e cinco mil cento e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

8.3. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

8.3.1. Para esta contratação, foram elaborados os documentos *Cotação _Mapa de cotações (2427076)*, *BDI - Composição Detalhada da Taxa (2427032)* e *Planilha sintética geral (2427018)*, além das *Planilha complementares (2427021)*, disponíveis no processo SEI nº 23390.001293/2025-68. Estes documentos detalham cada custo unitário por meio dos quantitativos, coeficientes de utilização e preços de cada componente (material, mão de obra, tributos, despesas indiretas e lucro).

8.4. QUANTO AO MOMENTO DE DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO

8.4.1. Os preços estimados pelo IFNMG para a contratação foram ou serão publicados junto com edital de licitação ou aviso de contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. PARCELAS PRINCIPAIS DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

9.1.1. A solução a ser contratada pode ser dividida nas seguintes partes principais:

- a) Construção da estação de captação e estruturas associadas, como a casa de máquinas.
- b) Aquisição e instalação da(s) bomba(s).
- c) Assentamento de tubulações, travessias e conexões.
- d) Instalação dos reservatórios.
- e) Montagem da infraestrutura elétrica necessária ao funcionamento do sistema (alimentação, proteção e comandos).

9.2. QUANTO AO MELHOR APROVEITAMENTO DO MERCADO E AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

9.2.1. No mercado de obras de captação e adução de água, é predominante a atuação de empresas que executam todas as etapas da solução de forma integrada, abrangendo serviços civis, instalação eletromecânica, assentamento de tubulações, infraestrutura elétrica e automação. Trata-se de um segmento caracterizado por empreiteiras e empresas de engenharia que possuem estrutura técnica completa, corpo profissional multidisciplinar e capacidade operacional para assumir a execução global do sistema.

Não é comum que diferentes fornecedores atuem de maneira segmentada em parcelas isoladas dessa natureza, especialmente porque a eficiência e a segurança da operação dependem da compatibilidade técnica entre as fases, do alinhamento entre os métodos executivos e da responsabilidade unificada pela performance final do sistema. A fragmentação das etapas tende a gerar conflitos de interface, aumento do risco técnico, dificuldades de responsabilização e potencial necessidade de retrabalhos.

Dessa forma, o melhor aproveitamento do mercado ocorre justamente quando a obra é licitada de maneira integrada, permitindo a participação de empresas que já atuam tradicionalmente na execução completa de sistemas de captação e adução. O parcelamento, além de não refletir a prática usual do setor, não ampliaria a competitividade e poderia até reduzi-la, afastando empresas que não desejam assumir apenas partes isoladas do objeto.

9.3. QUANTO À VIABILIDADE TÉCNICO OPERACIONAL DO PARCELAMENTO

9.3.1. Do ponto de vista técnico-operacional, o parcelamento da obra não é viável. A implantação do sistema de captação de água do rio Jequitinhonha exige a execução coordenada e interdependente de etapas civis, hidráulicas, elétricas e eletromecânicas, cuja efetividade depende de perfeita compatibilidade entre projetos, equipamentos e métodos construtivos. A fragmentação da contratação criaria múltiplas interfaces entre diferentes

executores, elevando significativamente o risco de falhas técnicas, incompatibilidades entre componentes, retrabalhos e dificuldades de responsabilização.

Além disso, a operação adequada do sistema exige que toda a infraestrutura seja concebida, instalada e testada de forma integrada, garantindo o desempenho hidráulico, a segurança estrutural e a confiabilidade do conjunto. A divisão do objeto entre vários fornecedores tornaria mais complexa a coordenação das atividades, o controle de qualidade, a gestão de prazos e o comissionamento do sistema, aumentando as chances de atrasos e comprometimento da funcionalidade final.

Por essas razões, a execução por um único contratado é a solução que melhor assegura coerência técnica, continuidade operacional e eficiência na entrega da obra, sendo o não parcelamento a opção mais adequada e segura para a Administração.

9.4. QUANTO À VIABILIDADE ECONÔMICA DO PARCELAMENTO OU PERDA DA ECONOMIA DE ESCALA

9.4.1. Sob o ponto de vista econômico, o parcelamento da obra acarretaria perda de economia de escala e aumento do custo global da contratação. A divisão do objeto implicaria na celebração de múltiplos contratos, cada qual com mobilização própria de equipes, equipamentos, canteiros, logística e administração contratual, o que elevaria despesas indiretas e redundâncias operacionais.

Além disso, a obra de captação de água constitui solução única e integrada, em que os componentes civis, hidráulicos e eletromecânicos devem ser projetados e executados de forma compatível. Ao fragmentar a execução entre vários fornecedores, seria necessário incluir margens de contingência adicionais, maior rigor em gestão de interfaces e custos extras decorrentes de eventual retrabalho, atrasos e litígios — impactos econômicos típicos de obras com responsabilidade dividida.

A contratação de um único executor, por empreitada global, permite obter preços mais competitivos, maior racionalização de custos, otimização da logística e redução dos riscos financeiros associados à divisão do objeto. Dessa forma, o não parcelamento se revela economicamente mais vantajoso, assegurando eficiência do gasto público e melhor relação custo-benefício para a Administração.

9.5. DECISÃO QUANTO AO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.5.1. Após a análise técnica, operacional e econômica, conclui-se que não é recomendável o parcelamento do objeto da contratação correspondente à obra de captação de água do Rio Jequitinhonha. Embora o objeto seja teoricamente divisível, a divisão resultaria em prejuízos ao conjunto da solução, sobretudo pela necessidade de integração plena entre as etapas civis, hidráulicas e eletromecânicas, cuja execução depende de coerência técnica e responsabilidade unificada.

O parcelamento acarretaria riscos de incompatibilidade entre serviços, aumento de custos decorrentes da perda de economia de escala, necessidade de mobilizações múltiplas, dificuldades de coordenação entre diferentes executores e maior probabilidade de atrasos e retrabalhos. Tais efeitos comprometeriam a eficiência administrativa e a efetividade da solução, contrariando os princípios da vantajosidade, da eficiência e do interesse público.

Dessa forma, decide-se pelo não parcelamento, com a contratação integral da obra sob responsabilidade de um único fornecedor, garantindo a execução coordenada, a compatibilidade entre sistemas e a economicidade global da solução proposta.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. CONTRATAÇÕES ANTERIORES CONSIDERADAS

10.1.1. Não existem contratações anteriores relacionadas a solução estudada no atual processo, apenas contratações que utilizaram de outras medidas para atender às necessidades hídricas do campus Almenara de forma momentânea.

10.2. CONTRATAÇÕES VIGENTES QUE PODEM INTERFERIR NO PLANEJAMENTO

10.2.1. Não existem contratações vigentes que tenham relação com a solução estudada no atual processo, ou outras que possam interferir neste planejamento.

10.3. CONTRATAÇÕES FUTURAS QUE PODEM SER AFETADAS

10.3.1. Não existem contratações futuras que podem ser afetadas por este planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. VINCULAÇÃO DA DESPESA COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

11.1.1. A necessidade de contratação está vinculada ao(s) seguinte(s) objetivo(s) e indicador(es) previsto(s) no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFNMG, versão 2024/2028:

OBJETIVO	INDICADOR ASSOCIADO AO OBJETIVO
Objetivo nº 20: Promover a equidade em infraestrutura física com acessibilidade e sustentabilidade nas unidades	Nº 20.4: Número de obras para atendimento da infraestrutura básica

A despesa está prevista no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10727655000110-0-000008/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024
- III) Id do item no PCA: 226
- IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
- V) Identificador da Futura Contratação: 158439-43/2025

11.2. COMPATIBILIDADE COM O PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

11.2.1. ATESTAMOS que esta contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2024/2028 do IFNMG, aprovado pela Resolução Consup nº 426, de 9 de julho de 2024, e disponível na seção <https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento> do Portal do IFNMG, conforme objetivo(s) e meta(s), constantes no Anexo II do PLDS e abaixo transcritas (como não foram identificados objetivos com relação direta com esta contratação, serão citados os Princípios e Diretrizes relacionados):

ID	PRINCÍPIO/DIRETRIZ	BASE JURÍDICO-NORMATIVA
PD03	Estabelecer requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica para as contratações de fornecedores	Código de ética do IFNMG, art.7º EFD 2020-2031, item 4.3.4 e Objetivo 12
PD06	Promover infraestrutura física, serviços e informações com acessibilidade nas unidades do IFNMG	Objetivos 19 e 20 do PDI/IFNMG PDI/IFNMG e Estatuto Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 2015, art. 57 c/c art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021.
PD16	Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos no planejamento da contratação e na avaliação da proposta mais vantajosa para administração.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 11, inciso I, art. 18, inciso VIII, e art. 34, § 1º.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS ESPERADOS (RESULTADOS PRETENDIDOS)

12.1.1. A implantação do sistema de captação de água do Rio Jequitinhonha proporcionará benefícios diretos e imediatos ao campus, assegurando abastecimento hídrico contínuo, estável e suficiente, eliminando as recorrentes interrupções que comprometem atividades acadêmicas, administrativas e operacionais. A solução permitirá a autonomia do campus em relação a métodos paliativos ou insuficientes — como caminhões-pipa, galões ou sistemas artesanais — garantindo condições adequadas para aulas práticas, consumo humano após tratamento, higienização de ambientes, uso em laboratórios, manutenção de áreas verdes e demais demandas institucionais.

Como benefícios indiretos, espera-se a redução de gastos com soluções emergenciais, melhoria geral na qualidade das condições de trabalho e estudo, diminuição dos riscos sanitários associados à falta d’água, maior previsibilidade para planejamento institucional e fortalecimento da segurança hídrica do campus a longo prazo. A disponibilidade contínua de água tratada contribui ainda para o cumprimento das metas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer a permanência estudantil por meio da estabilidade dos serviços essenciais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. ADEQUAÇÕES NO AMBIENTE DA INSTITUIÇÃO

13.1.1. Não são necessárias adequações no ambiente do órgão contratante para que o contrato surta os efeitos esperados.

13.2. QUANTO À CAPACITAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO

ENCARGO	NOME	JÁ RECEBEU CAPACITAÇÃO NA ÁREA?
Para contratações que exigem uma equipe de fiscalização		
Gestor do Contrato	ADEILTON DE SOUSA MENEZES	Sim
Gestor do Contrato Substituto	HUGO LEONARDO SOUZA PINTO	Sim
Fiscal Técnico	HÉLIO DE MORAIS FILHO	Sim
Fiscal Administrativo	NICOLAS WILKER FIORATTI SILVA	Sim
Fiscal Administrativo Substituto	BRUNO TADEU LOPES	Sim

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1.1. Os potenciais impactos ambientais decorrentes da contratação são os seguintes:

- (X) Utilização de recursos ambientais
- () Atividades potencialmente poluidoras
- (X) Descarte de resíduos sólidos
- () Descarte de produtos com riscos químicos, biológicos, etc.
- () Descarte de embalagens de agrotóxicos

14.1.2. Para o adequado tratamento do impacto ambiental, serão adotadas as seguintes medidas:

- a) Uso racional dos recursos hídricos, com dimensionamento adequado da captação para evitar retirada excessiva de água do rio, respeitando vazões mínimas e as restrições ambientais aplicáveis.
- b) Adoção de métodos construtivos de baixo impacto, incluindo planejamento de acessos, controle de erosão e mitigação de movimentação de solo para preservar a vegetação e a estrutura natural do terreno.
- c) Gestão adequada dos resíduos sólidos gerados durante a obra, com segregação, armazenamento temporário e destinação final conforme normas ambientais e municipais, garantindo que restos de materiais, embalagens e entulhos sejam removidos do local.
- d) Observância integral das exigências dos órgãos ambientais competentes, cumprindo licenças, autorizações e condicionantes estabelecidas para a obra e operação do sistema de captação.

14.2. LOGÍSTICA REVERSA (IN 58/2022, ART. 9º, INCISO XII)

14.2.1. Tendo em vista o Princípio da Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos e a logística Reversa, será adotada logística reversa, **quando viável**, na forma descrita no Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR+ (<https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/>):

MATERIAIS ENVOLVIDOS	PROCEDIMENTO
LATAS DE AÇO DE TINTAS E OUTRAS	https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/embalagens-de-aco/
EMBALAGENS EM GERAL	https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/embalagens-em-geral/

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos realizados demonstram que a implantação do sistema de captação de água do Rio Jequitinhonha é a solução mais adequada para atender, de forma contínua, segura e eficiente, às necessidades de abastecimento hídrico do campus. As alternativas analisadas — como abastecimento pela rede pública, caminhões-pipa, aquisição de galões de água mineral e utilização exclusiva de poços artesianos — mostraram-se insuficientes, economicamente desfavoráveis ou incapazes de garantir regularidade e autonomia no suprimento de água.

A captação no rio apresenta viabilidade técnica comprovada, uma vez que permite maior estabilidade no fornecimento, capacidade de atendimento à demanda projetada e adequação às condições operacionais do campus. Também se mostra economicamente vantajosa no ciclo de vida do investimento, reduzindo custos recorrentes e eliminando dependência de fornecedores externos.

Foram avaliados os impactos ambientais e definidos os respectivos controles e medidas mitigadoras, demonstrando que a execução da obra é compatível com a preservação do meio ambiente e com a legislação pertinente. O regime de execução escolhido, a organização contratual e os requisitos de habilitação técnica foram definidos com base em critérios objetivos de segurança, eficiência e economicidade.

Diante do exposto, declara-se plenamente viável a contratação, por se tratar da alternativa mais segura, eficiente e sustentável para assegurar o abastecimento hídrico do campus, garantindo condições adequadas ao funcionamento institucional e à continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NICOLAS WILKER FIORATTI SILVA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 11:44:43.